

ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
ESCOLAR

8.5

TECNOLOGIA NA ALFABETIZAÇÃO SOB REFERENCIAL PEDAGÓGICO DO
GESTOR ESCOLAR

Edileuza Pereira Soares Santana

ORIENTADOR: Ilso Fernandes do Carmo

ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
ESCOLAR

TECNOLOGIA NA ALFABETIZAÇÃO SOB REFERENCIAL PEDAGÓGICO DO
GESTOR ESCOLAR

Edileuza Pereira Soares Santana

Email : leu-santana@hotmail.com

ORIENTADOR: Ilso Fernandes do Carmo

“Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Especialização em Gestão Supervisão e Orientação Escolar”.

ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA

AJES

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE

**CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
ESCOLAR**

BANCA EXAMINADORA

ILSO FERNANDES DO CARMO

Quando o homem explorar intensamente o pequeno átomo e o imenso espaço e disser que domina o mundo, quando conquistar as mais complexas tecnologias e disser que sabe tudo, então ele terá tempo para se voltar para dentro de si mesmo. Nesse momento descobrirá que cometeu um grande erro. Qual?

A.D.

DEDICATÓRIA

Dedico este meu trabalho, primeiramente a DEUS, que me proporcionou sabedoria para crescer intelectualmente, também a meu esposo José Siderlei Santana, que compreende a minha luta do dia a dia, á minha filha Paula Katrinne Soares Santana, que compreende a necessidade de renovar sempre conhecimentos adquiridos, a meu filho Patrick Kennedy Soares Santana, que ainda pequeno supera dificuldades encontradas quando não estou presente e já desenvolve atividades que são de sua responsabilidade. A meu pai Santos Galdino Soares e minha mãe Maria Celeste Pereira Soares que sempre me deram forças para intelectualmente crescer.

RESUMO

Através de uma reflexão sobre a estrutura escolar que se encontra fragmentada, sobre os orientadores que não consomem a sua significação no contexto escolar, bem como os serviços dos gestores sintonizados em aspectos burocráticos , supervisores e professores sem inovações, é que objetivou o desenvolvimento desta produção. O intuito é chamar a atenção dos componentes envolvidos na educação para transformações em suas estruturas, focando principalmente, o trabalho do gestor escolar, buscando a tecnologia para as séries iniciais.

Compreendemos que a escolarização é obrigatória e requer criteriosa seleção sobre os conteúdos e ainda adoção de adequadas práticas pedagógicas, sob responsabilidade concreta e real. Através da reconstrução e assimilação dos conteúdos é que se concluem os processos de desenvolvimento das capacidades cognitivas,

A diversificação de metodologia e procedimentos propostos aos alunos, permite o mesmo sentir-se valorizado e respeitado em sua subjetividade, ou seja, qualquer situação de aprendizagem e de convivência social que venha valorizá-lo assegura o resgate da cidadania. O papel do diretor de escola é atuar sobre práticas administrativa e também pedagógica, desempenhando, predominantemente sobre a gestão geral da escola. Existem aspectos que dificultam tarefas da organização como: crescimento da população, mudanças da sociedade e a necessidade de

maior vínculo com famílias, sendo esta a base para obtenção dos objetivos educacionais.

Outra Situação é a eleição para escolha de diretores de escola, consuma-se um fator democrático não aplicado no contexto escolar, porque, ainda convivemos com a imposição dominante de poderes que funde a prática legal e que vem contrariar as necessidades da escola e sem temer coloca diretores descompromissados e sem competência. Compete - nos trabalhar com afinco a inovações metodológicas com objetivo de transformações, promovendo mudanças a partir das classes menos favorecidas.

INDICE

INTRODUÇÃO...	09
CAPITULO I	
1 - TECNOLOGIA NA ALFABETIZAÇÃO SOB REFERENCIAL PEDAGÓGICO DO GESTOR ESCOLAR.....	12
1.1 - PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.....	13
CAPITULO II	
2-EXPANSÃO DO MUNDO VIRTUAL SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.....	15
2.1- CRÍTICAS E CONTRIBUIÇÕES DE TODA COMUNIDADE ESCOLAR.....	16
CAPITULO III	
3 - TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM.....	19
3.1 - APRENDIZAGEM RECONSTRUTIVA E A APRENDIZAGEM POLÍTICA.....	20
CAPITULO IV	
4 - TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO.....	23
CAPITULO V	
5-CRESCIMENTO TECNOLÓGICO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL CONTEXTUALIZADO Á PRÁTICA GESTORA.....	25
CAPITULO VI	
6 - A AÇÃO GESTORA E A TECNOLOGIA, FOCADO NA ALFABETIZAÇÃO.....	27
CAPITULO VII	

7 - O GESTOR ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO..... 28

CAPITULO VIII

**8 - REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DE PROFESSORES QUE SE PREOCUPAM
EM TRABALHAR A CIDADANIA.....35**

8.1 SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....37

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....41

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....43

INTRODUÇÃO

O objetivo primordial deste trabalho é se inteirar de conteúdos e conceitos básicos em diversas áreas do conhecimento, principalmente em aspectos interdisciplinares ligados à proposta metodológica do gestor escolar, bem como a colaboração da inovação tecnológica dentro do contexto educacional, obtendo assim uma visão da gestão atuante no processo de alfabetização.

O avanço tecnológico oferece subsídios teóricos e práticos a educação e ao usufruir de seus meios terá como resultado a socialização e o crescimento de hábitos. Os valores norteadores desta proposta pedagógica é de certa forma também técnica, mas podemos constatar que embora com pouco contato este passou a ser fundamental na vida do educando, fomentando o desejo intelectual.

O enfoque deste trabalho se insere numa visão transformadora e crítica das escolas públicas, adentrando ao seu interior num contexto flexível e carente de mudanças e responsabilidades, distribuída dentro da unidade escolar, com intuito de trabalhar apenas um alvo, que é gestão democrática, com formação de cidadãos dignos, capazes de mudanças e respeito e ainda com direitos, conforme lhe confere a lei (LDB – Lei de diretrizes e Bases), bem como Resoluções e Portarias.

A educação brasileira se encontra num processo de transformações, onde indivíduos com ligação direta e indireta, devem contribuir para que haja mudanças, principalmente para aqueles que acreditam, no processo de forma

compartilhada e com interesses que venham de encontro com os anseios da comunidade.

Muitas críticas são direcionadas ao gestor, enquanto equipes inventam desculpas no intuito de prorrogar a participação democrática. É verdadeira a necessidade de uma organização na escola pública, mas com visão gestora compartilhada, proporcionando aspecto qualitativo ao ensino, principalmente no que tange a séries iniciais e alfabetização assegurando com batalhas persistentes, e em conjunto com a comunidade, proporcionando socorro à educação. Uma Gestão Democrática ainda está longe de acontecer, principalmente no que diz respeito ao suporte pedagógico, que necessitam de mudanças em sua formação para alcançarem objetivos. A escola realmente pode oferecer um ensino de qualidade, valorizando como norte a alfabetização com interesses a contemplar objetivos que atendam a classe trabalhadora e o futuro de milhões de brasileiros. Para haver superação da dominação das classes sociais, ainda há muito que se conhecer e refletir, a respeito da real potencialidade do ensino escolar e defender o preparo para a cidadania, que é o objetivo principal e promissor em termos de interesses estratégicos das camadas Trabalhadoras, especialmente pelo conhecimento da realidade social e contraditória em que vivemos e das injustiças que acontecem.

É preciso estar consciente de que não adianta no sentido de que só deve ter “direito à cidadania, quem estiver preparado para tal”. O avanço se faz necessário quando diz respeito a qual tipo de educação tem condições de atender objetivos que nos leva aos padrões mínimos de qualidade sem se justificar como omissão à tentativa de se estudar a maneira de agir e de exigir qualidade compatível com os interesses de seus usuários.

Sob o ponto de vista dos educadores e gestores as escolas não se evoluem mais sem a presença do mundo virtual. Este se tornou necessário na vida dos cidadãos, haja vista que é realidade a convivência com caixas eletrônicos, leitores de códigos de barra, máquinas digitais, aparelhos com controles remoto, celulares com diferentes programações além de outros. Os empregos já exigem pelo menos um domínio básico em computadores mais sofisticados com monitoramento diferenciado, sem falar do avanço que são tentadores com inúmeras propostas de marketing que domina o povo brasileiro. Desde então, a alfabetização fica a desejar,

por que se faz necessário escolas equipadas, uma política de trabalho no resgate a cidadania e investimento em projetos de cunho, cultural, social e político.

Referente ao primeiro capítulo, mostra a necessidade de acompanhar as inovações tecnológicas, no segundo a necessidade da mesma se adentrar ao contexto escolar com intuito de facilitar a assimilação, bem como o terceiro que demonstra a aproximação dos serviços de tecnologia na escola. No quarto capítulo mostra sobre a necessidade de acompanhamento da modernidade dentro da escola possibilitando cada discente se adequar ao meio que tão fortemente exige a tecnologia.

O quinto capítulo retrata a necessidade da participação do gestor escolar para inovação e no sexto mostra a escola com projetos e participação das atividades pedagógicas, que promovem o avanço na aprendizagem.

No sétimo capítulo mostra a valorização do ser humano enquanto aluno para aplicação do mesmo no mercado de trabalho, exigindo transformação no contexto escolar.

No oitavo capítulo incorpora atividades, bem como atualidades culturais da criança e sua história constituindo um ambiente sócio cultural.

CAPITULO I

1 – TECNOLOGIA NA ALFABETIZAÇÃO SOB REFERENCIAL PEDAGÓGICO DO GESTOR ESCOLAR

A qualidade da escola depende, em primeiríssimo lugar, da renovação dos professores, gestores e sua maior preocupação, em termos de desafio da aprendizagem e inovação tecnológica, nem, sempre tem sido o aluno, mas o próprio professor e até a equipe técnica administrativo. Não cabe culpa nem isenção do sistema, muito pelo contrário, se esta auto crítica, fosse possível, teríamos mais autoridade para vituperar contra o sistema no tom que ele merece, mas teríamos, também, o que propor, e não apenas o que reclamar.

Sabemos que pouco vale criticar sem propor; quando se exige proposta e percebe-se que não tem, assim experimenta-se o desespero de quem se sente nu. A pedagogia, sobretudo promete as transformações históricas, mas quando colocada contra a parede, tudo o que sai é crítica desconexa, exacerbação mental, gritaria desorganizada; todos defendem o projeto, mas poucos – quase ninguém- o tem elaborado, resultando sempre em discussões alongadas e inúteis, tendo como passo final e certo jamais chegar a beneficiar o aluno, até porque não se chega a lugar nenhum, distanciando dos desafios do futuro, promovendo os vazios da leitura, os buracos negros em termos de conhecimento atualizado.

Para responder corretamente esta pergunta é essencialmente trabalhar inovações tecnológicas, jogos educativos, habituando a competição, prevendo reações de expectativa, não confundindo o sentido popular atribuído a essa palavra.

O divertimento, a brincadeira e o passatempo é que se aproxima da palavra jogo a que me refiro. Este visa estimular o crescimento e aprendizagens e interação das regras, haja vista que o jogo possui implicações importantíssimas em todas as etapas da vida psicológica de uma criança, de certa forma é o desafio da experiência possibilitando ensinar e divertir.

1.1 – PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Inúmeras publicações têm analisado a problemática da alfabetização, tanto do ponto de vista da teoria como dos métodos pedagógicos. Há um menor número de trabalhos voltados para a questão da prática pedagógica e este será o enfoque ligado á necessidade da tecnologia para tamanho desenvolvimento contextualizado da alfabetização.

Entre 6 (seis) e 7(sete) anos, idade em que normalmente inicia uma aprendizagem mais sistematizada da escrita a criança tem seus interesses não apenas centrado nos acontecimentos do seu dia a dia, obtendo hoje probabilidade de conclusão (Ensino Fundamental), em 9 anos oportunizando assim a entrada da criança mais cedo na escola e podendo também compartilhar a prática escolar com o mundo informatizado. Nesta fase inicial o mundo começa a se descortinar e a ampliar-se para ela, surgindo questões, dúvidas e incertezas a respeito dos mais variados temas: existência de “Deus”, funcionamento do universo, as máquinas, a tecnologia e o mundo animal... Do ponto de vista cognitivo, segundo Piaget (1993), citado por Regina Célia Cazaux Haidt (2003), a criança está terminando o período pré-operacional e /ou entrando no período das operações concretas, onde as operações mentais adquirem uma reversibilidade e isso implica a aquisição da noção de conservação. Portanto, a criança é capaz de captar e entender de forma mais ampla e concreta o mundo que a rodeia.

É dentro desse contexto que foi apenas esboçado acima, que o professor se depara com a tarefa de trabalhar a leitura e a escrita visando interpretações também do mundo virtual.

Entender o mundo das letras, sobretudo nos centros urbanos, é, para a criança a possibilidade de começar a utilizar alguns códigos do mundo adulto, bem como a de dar significados consistentes às inúmeras grafias com as quais ele

defronta todos os dias. Sem dúvida é um processo muito rico para a criança, e muito envolvente e desafiador para o professor.

CAPITULO II

2 - EXPANSÃO DO MUNDO VIRTUAL SOBRE PROCESSO EDUCACIONAL

A cultura digital está tomando conta da discussão geral na sociedade. “Lunenfeld (2000) usa-se o termo “screen grab” para delinear o” modo rápido e sujo de capturar imagem no monitor, para salvar ou imprimir. .Parece fascinar o autor, a maneira como este procedimento apanha a imagem na tela, de modo aparentemente desajeitado, mas capaz de pegar tudo que está na tela, salvando o que se quer e não quer, de modo caracteristicamente ambivalente.

A tecnologia não é estranha à cultura, porque é um produto cultural, por mais que possam parecer antagônicos. Ademais não se trata de substituir o ser humano, antes, trata-se largamente de estender as faculdades humanas, para que os seres humanos se tornem melhores, mais competentes.

Segundo Ítalo Calvino (in Memorian), Série de estudos, REFLEXOS (1988), a escola passa por momentos de novas práticas de leitura onde estão em consonância com novos tempos e novas tecnologias, onde exigirão cada vez mais, dessas práticas, qualidades como exatidão, multiplicidade, visibilidade, rapidez, consistência e leveza. Estes são valores fundamentais á práticas educativas.

- **Exatidão:** permite-nos pensar na objetividade, buscando o educar, o conhecimento preciso, a prática pedagógica perfeita e eficaz, entendendo o trabalho escolar como projeto de grande empreendimento que envolve diversas etapas e

diversos ingredientes na sua realização. O projeto deve ser resultado de discussões,.

2.1 - CRÍTICAS E CONTRIBUIÇÕES DE TODA COMUNIDADE ESCOLAR

- **Multiplicidade:** a escola deverá permitir que os conflitos e as diferenças se explicitem, pois dessa maneira, caminharemos para a construção de novas formas de ver, sentir, entender, organizar e representar o mundo respeitando as diferentes visões dos indivíduos.

- **visibilidade:** controlar a própria visão interior sem sufocá-la e sem, por outro lado, deixá-la cair no confuso e passageiro fantasiar, permitindo que as imagens se cristalizem numa forma bem definida, memorável.

- **Consistência;** Estamos sempre buscando o conhecimento que nos transcenda. É vital procurar, buscar acreditar que existe uma forma mais simples e consistente de explicar essa maravilhosa diversidade que nos rodeia. Consistência é uma qualidade que deve ser perseguida, se pretendemos que nossa prática educativa tenha conseqüências profundas e duradouras na vida de nossos alunos. Uma prática consistente e coerente aproxima as pessoas e as faz compreender e crer no trabalho desenvolvido

- **Leveza:** Não é um ingrediente presente nas escolas ditas alternativas, “em contraposição ao trabalho que é sério e pesado, erradamente atribuído as escolas ditas tradicionais. Os alunos trazem piadas, a brincadeira e o bom humor para a escola e nós precisamos favorecer o aparecimento do riso, da graça e da alegria no cotidiano escolar, sem que isso signifique uma ameaça à “autoridade” do professor.

Durante a passagem por São Paulo Emília Ferreiro conversou durante uma hora com o Editor Márcio Ferrari citado por Andreia Toledo (2006). Na entrevista cujos alguns trechos estão reproduzidos a seguir, ela avalia as mudanças ocorridas nas práticas de leitura e escrita desde que se tornou conhecida mundialmente.

2.2 - COMO SE ALTEROU A ALFABETIZAÇÃO NOS QUASE 30 ANOS DESDE QUE FOI PUBLICADO SEU LIVRO PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA?

Emílio Ferreira: Uma mudança positiva é que já não se consideram as produções das crianças de 4 ou 5 anos como rabiscos, e sim como uma espécie de escrita. Também se reconhece a importância de ler em voz alta para elas desde muito cedo. Existem coisas que poderiam ter constituído avanço, mas foram muito mal compreendidas, como acreditar que os níveis de conceituação da escrita pela criança mudam por si mesmos e que não é preciso ensinar.

As Novas Tecnologias trouxeram mudanças importantes?

Emílio Ferreira: Sim, Porque entram não somente na vida profissional mas também no cotidiano pessoal. Permitem ler e produzir textos e fazê-los circular de modo inédito. Hoje ser alfabetizado é transitar com eficiência e sem temor numa intrincada trama de práticas sociais ligadas à escrita. Alfabetizar é cada vez mais um trabalho difícil. Em muitos casos, mudou o próprio modo de ler e escrever. O texto de e-mail, por exemplo, não tem regras definidas.

No Brasil, os adolescentes criaram todo um código para se comunicar pela internet.

Emílio Ferreira: Isso acontece em toda parte. Pode ser um fenómeno passageiro, mas o certo é que os jovens estão fazendo com a escrita um jogo divertido. E para transgredir a escrita é preciso conhecê-la.

O uso de computadores nas escolas tem sido adequado?

Emílio Ferreira: É comum os professores não saberem muito bem o que fazer com ele. Por isso foi inventada a sala de informática, para usar num determinado horário. É uma maneira de não incluir o computador na atividade diária.

Muitas escolas têm computadores não conectados à internet. Costuma-se dizer que não servem para nada.

Emílio Ferreira: Ao contrário, são muito úteis. A escola sempre trabalhou mal a revisão de texto e os alunos odiavam fazê-la, porque num texto a mão é preciso voltar a escrever tudo. Com um processador de texto, a revisão se torna um jogo; experimenta-se suprimir ou deslocar trechos, com a possibilidade de desfazer tudo. Após as intervenções, temos na tela um texto limpo, pronto para ser impresso. A

revisão é fundamental para que as crianças assumam a responsabilidade pela correção e clareza do que escrevem

CAPITULO III

3 - TECNOLOGIAS EM EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM

A aproximação do mundo digital está mudando as regras da aprendizagem, sabendo que a tecnologia é a filha do conhecimento Tapscott (1998), sua dialética concentra-se no poder. A necessidade de decair as estatísticas quanto ao número de analfabetismo, se torna a cada instante, mais autêntica, implicando a necessidade de utilizar dos meios ao qual foi citado.

Tomando a expressão de Castells (1997) da “network society” no contexto da globalização, estaria se tornando cada vez mais claro que não se trata de redistribuição das oportunidades em nível global, mas de outro processo de concentração das vantagens, na qual o domínio do conhecimento e da tecnologia desempenha papel decisivo, passando a representar a vantagem comparativa mais central.

Esta nova sociedade não é rede, no sentido de que cada malha tem a mesma propriedade da outra e se espalha no todo de modo igual, mas rede duramente hierarquizada, com centro implacável e periferia cada vez menos capaz de participar, ao estilo tentacular.

É indisfarçável o otimismo que viceja por trás dos avanços tecnológicos monumentais, embora também existam vozes, por vezes, incrivelmente dissonantes, como a do Stoll (1999), que gostaria de defender a posição contrária ao computador nas escolas, a essa altura do campeonato, e logo nos estados Unidos!

Na prática, a marca do avanço tecnológico é definitivo em nossa civilização, o que nos leva, certamente, a aceitar a idéia de que já não faz sentido apenas reclamar. É muito mais inteligente saber usar e redirecionar, ainda que esta atitude, também deva conter a iniciativa de suprimir certas rotas dos avanços que, além de destruírem a natureza, também podem nos destruir, como a fascinação em torno dos jogos que usam como motivação básica a guerra, a violência e , sobretudo, o crime mesclado com o sexo.

Em educação, a situação não é diferente. Já vai chegando o dia em que praticamente toda educação será teleducação, mediada por alguma forma de instrumentação eletrônica, principalmente pela nova “nova mídia”, concentrada na interligação de televisão com internet.

Não trataremos aqui da base técnica da tele-educação, mas do desafio que tem se superar o instrucionismo, para atingir patamares mais nítidos da aprendizagem (Demo, 1998), citado em seu livro *Conhecimento e aprendizagem na nova mídia* (2001, p 12). No pano de fundo está a “*sociedade do conhecimento*” e, no contexto do mercado, o capitalismo da mais-valia relativa, que, por si só, já exige condições mínimas de competitividade globalizada, passando a valorizar o saber pensar.

Este saber pensar se restringe ao manejo produtivo do conhecimento, não a cidadania, porquanto o liberalismo não conseguir colocar a cidadania acima da relação de mercado, por mais que possa usar de linguagens alternativas atraentes. De todo o modo, induz ao compromisso com a reconstrução do conhecimento, jamais com sua simples transmissão copiada, reprodutiva.

Há uma relação típica entre o sujeito e o objeto, segundo Pedro Demo, ele não se usa o conceito de construtivismo, mas de reconstrutivismo , para indicar que aprendemos do que já aprendemos, conhecemos do que já conhecíamos, em contexto histórico-hermenêutico. Reconstruímos conhecimentos, mais do que construímos. Para que tudo aconteça há dois fenômenos interligados:

3.1 - APRENDIZAGEM RECONSTRUTIVA E A APRENDIZAGEM POLÍTICA.

_ Aprendizagem Reconstitutiva é um fenômeno interpretativo, capaz de proceder pela reprodução, sendo esta parte menor da aprendizagem, onde se reflete

relações sociais, impositivas, através das quais a criança é obrigada a submeter –se ao condicionamento do mero ensino. biologicamente falando, é impraticável ao ser vivo apenas de reproduzir seu destino histórico ou apenas moldar se ao ambiente, sempre ocorre também quem influencie sua rota e por mais que se obrigue a adaptação passiva, o que mais se obrigue é a adaptação passiva, o que mais caracteriza é a adaptação criativa.

Segundo Pedro Demo (2001, p20), Piaget usava o conceito de “equilibração”, para indicar que no patamar seguinte o conhecimento era reprocessado, partido do patamar anterior, elevando-se (Freitag, 1997). Para ele o construtivismo significava esta passagem de um patamar a outro, onde ocorria claramente o fenômeno da construção do conhecimento e não simplesmente a reprodução. A criatividade é inerente a aprendizagem autêntica, sinalizando que o ser vivo não tem vocação para subalternidade repetitiva.

– *Aprendizagem política*: implica a atividade de sujeito que, com ela, ocupa espaço próprio e faz e se faz oportunidade. Está em jogo menos competência técnica, do que competência política, a politicidade, no dizer de Freire, bem como de Torres(1998).

O fenômeno de constituição do sujeito capaz de história própria, em processo dialético de conquista permanente, é intrinsecamente político, porque expressa a capacidade de fazer-se e de interferir na realidade e na história.

Aprender é substancialmente saber mudar-se e mudar, estabelecendo consigo mesmo, com os outros e o meio ambiente, relacionamento dinâmico de estilo reconstrutivo. É a estratégia que temos para não sermos massa de manobra nas mãos dos outros ou do ambiente hostil. É o modo como nos confrontamos com a pobreza política ou a ignorância, com o objetivo de colocarmos o bem estar comum acima das injunções externas, do mercado e da prepotência. A aprendizagem não supõe, dentro da visão atual, capacidade de tudo devassar pela via da razão, mas, ao contrário, a sabedoria de lidar com limites e desafios, para que os limites sejam visto os como desafios, e esses como intrinsecamente limitados.

Poderíamos dizer que a face mais inteligente da aprendizagem seja as habilidades de lidar com a não linearidade da realidade, como é o caso da capacidade hermenêutica da interpretação. As palavras, por exemplo, na linguagem comum, possuem significados desconstruídos, pouco ou nada lógicos, às vezes,

que jamais podemos simplesmente deduzir matematicamente. Sua compreensão depende do contexto cultural, mas igualmente da própria tessitura biológica do cérebro marcada pelo fenômeno da emergência. Colocando em outro espaço, a aprendizagem depende fortemente da capacidade de pesquisar e elaborar com a própria mão, não no sentido racionalista da pesquisa analítica positivista, mas no sentido crítico da capacidade de escutar com toda atenção à realidade, para além das aparências, sua complexidade no fundo inescrutável, suas curvaturas não redutíveis a linhas retas, sua flexibilidade estonteante.

Ao lado de saber ver, ouvir apalpar é mister elaborar, ou seja, interpretar como sujeito, o que abre duas dimensões nem sempre fáceis de combinar: a habilidade de colocar em palavras próprias e, ao mesmo tempo, de motivar outras interpretações. Porquanto a linguagem não se repete, nunca. Nela, não vale apenas a gramática ou a sintaxe, mas, sobretudo, a semântica. A letra não é tudo, nem de longe.

A entonação, por exemplo, pode ser mais expressiva que a letra. Nela podemos. Por exemplo, estar insinuando o contrário do escrito, porque esse apenas despista.

Essas marcas ressaltam, por sua vez, o caráter reconstutivo da aprendizagem, com seu lado criativo natural e com seus desafios complexos, porque o efeito reconstutivo acaba se tornando exponencial, perdendo-se em complexidade não dominável.

CAPITULO IV

4 - TECNOLOGIAS EM EDUCAÇÃO

A educação não pode escapar da fascinação tecnológica, porque é no fundo a mesma do conhecimento. Como foi nos espaços educacionais que o conhecimento mais se desenvolveu, seria de se esperar que o espaço que mais se beneficiaria dele, seria a própria educação. Hoje já não seria bem assim. As instituições educacionais se atrasaram, porque criaram um filho que corre a velocidade da luz (as instrumentações eletrônicas) e não conseguem mais acompanhá-lo. Acresce a isso que este filho foi adotado pelo mercado liberal, açambarcando grande parte, ou a parte mais decisiva, da pesquisa científica.

O mercado produz conhecimento inovador em proporção muito maior – e somente o que interessa ao mercado – que a universidade. Mesmo assim, o próprio fato de que a tecnologia praticamente resolveu o problema da informação – já temos o problema contrário de sermos massacrados pela informação excessiva - indica que a parte da educação dedicada a transmitir será apropriada a por processos informatizados.

Ninguém iria mais para as entidades educacionais para escutar o que já sabe ou pode encontrar em qualquer sítio da internet. Aulas reprodutivas estão com os dias contados, porque não só surrupia a possibilidade reconstrutiva da aprendizagem, como imbecilizam os alunos. Parte importante da aprendizagem se refere, a saber, lidar, procurar e produzir informação, para que não sejamos dela apenas objetos manipulados. A aula interessante será aquela a quem isto leva, não que a isto impede.

Entretanto, a bem da verdade, a tecnologia em educação continua apenas fascinada com o mundo da informação, com exceções, é claro. Uma dessas exceções pode ser vista no livro recente de Palloff & Pratt (1999), sobre a idéia de construir comunidades aprendentes no ciberespaço. Defendem a aprendizagem a distância, mediada pelo computador acrescentando-se a isso sempre o papel do professor como facilitador.

A aprendizagem virtual, hoje ser defendida como uma das formas de aprendizagem, marcada pela tendência visível de predominância no futuro. A presença virtual, á medida que o professor possa acompanhar, sobretudo pela internet, o andamento da pesquisa e a elaboração própria do aluno, inclusive com extrema freqüência. Não se consegue fazer controle físico, pelo que se recomenda sempre que nenhum processo de aprendizagem seja exclusivamente virtual. Dentro da avançada “indústria de tese”, é sempre possível que alunos recorram a este artifício para encomendar e comprar trabalhos científicos, e isto precisam ser evitado.

Em cursos de presença virtual estrita, podemos perder toda noção do que sucede no outro lado, caindo facilmente na fábrica de certificados, considerados já de segunda categoria, para dizer o mínimo. Embora possa ocorrer contato emocional evidente, não substitui o contato pessoal, jamais. Mas tem a vantagem imensa de respeitar os estudantes um pouco mais, porque podem estudar onde vive, como querem, na hora e no tempo que preferirem e no ritmo desejado.

A partir dessas considerações, não seguir que a escola vá desaparecer. Continuará como ambiente privilegiado da aprendizagem, mas um tanto restrita á educação básica formal. Como aprender é função de toda vida, é preciso, encontrar a maneira de todos poderem, a vida toda, estudar.

CAPITULO V

5- CRESCIMENTO TECNOLÓGICO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL CONTEXTUALIZADO Á PRÁTICA GESTORA.

Segundo José Carlos Libâneo, (2004), os Processos Intencionais e sistemáticos de se chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar é que caracteriza a ação de que denomina gestão. A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários nos processos de tomada de decisões e no funcionamento escolar facilitando o conhecimento dos objetivos e metas da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, favorecendo também aproximação entre professores alunos e pais, haja vista, que se torna indispensável o trabalho em equipe. Há diversidades de opiniões sobre o papel do diretor, principalmente sobre se lhes cabem tarefas administrativas ou pedagógicas, mas preferimos dizer que o diretor é o responsável por tarefas administrativas e pedagógicas. A importância do coordenador pedagógico não significa diminuição do trabalho do diretor. O desenvolvimento e crescimento profissional dos diretores de escola, por outro lado, recebe relativamente pouca atenção, se comparado com a capacitação de professores. Tradicionalmente, os diretores são selecionados entre os professores, assumindo suas novas funções, sem receberem capacitação ou qualificação adequada. Por isso, e devido ao fato de o repertório de técnicas de gestão e de relacionamento interpessoal irem muito além do conhecimento e adquirido por meio da capacitação como professor ou experiência no trabalho, os diretores frequentemente assumem seus novos cargos.

A implementação de práticas de organização e gestão da escola depende da atuação do diretor e da coordenação pedagógica, sabendo-se que o diretor de escola é o responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico portanto necessita de conhecimentos tanto administrativo quanto pedagógico despreparados e com perspectivas limitadas de apoio e de crescimento.

A realização de programas de capacitação no trabalho ou prévia para diretores escolares é um elemento importante para qualquer programa que vise ao aperfeiçoamento educacional e a melhoria da qualidade do ensino.

É que, com o apoio adequado e com a criação de oportunidades para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas para seu trabalho, os diretores crescem e se desenvolvem como líderes escolares, que avançam de um perfil de administrador para o perfil de solucionador sistemático de problemas. O “perfil do “administrador” é caracterizado por formas autocráticas de tomar decisões”. O gestor, no entanto, pode “crescer” e “aprender a ser” um solucionador sistemático de problemas, capaz de tomar decisões de formas múltiplas.

As oportunidades de desenvolvimento profissional são fundamentais para alavancar o crescimento dos dirigentes das escolas, bem como o valor de cada cidadão, e,, conseqüentemente, o dinamismo da mesma.

CAPITULO VI

6 - A AÇÃO GESTORA E A TECNOLOGIA, FOCADO NA ALFABETIZAÇÃO.

Conforme Pedro Demo (2001), uma educação de qualidade é aquela em que os alunos aprendem o que é necessário para que possam vir a integrar-se e ter sucesso na sociedade da informação e tecnológica. Esses alunos necessitam, portanto, para aprender significativamente, desenvolver habilidades de leitura, compreender e interpretar informações, resolver problemas tomar decisões, dentre outros aspectos, desapropriando desenvolvimento de aprendizagem meramente mecânica orientadas por reproduzir lições. Torna-se necessário promover a estimulação contínua ao pensamento e desenvolvimento das habilidades.

A orientação é o acompanhamento pedagógico pelos diretores de escola sobre a relação entre ensino e aprendizagem dos alunos, onde impulsionam os resultados obtidos no ensino como um todo, tanto para organizar o ambiente da escola, como pela liderança e monitoramento contínuo aos resultados obtidos..

Dedicar-se a gestão pedagógica constitui num trabalho central dos gestores educacionais em todas as séries de escolaridade. Quanto mais cedo se cuida bem dessa gestão, maiores avanços se promovem na aprendizagem dos alunos, e mais se evita a criação de percalços e desvios que possam promover prejuízos posteriores bastante sérios.

CAPITULO VII

7 - O GESTOR ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO

Hoje propor uma gestão democrática na escola pública acaba sendo utopia. Não quer dizer que não possa existir, afinal é até algo desejável para tomada de consciência para realização do projeto.

Do ponto de vista do trabalhador consciente, não importa a função, existirá sempre a necessidade de vender o seu trabalho, sem esperar se quer alguma transformação em seu favor, mas Vitor Henrique Paro (2001), defende que, a escola pública necessita de transformações da autoridade no seu interior, e a mesma não pode ser entendida como quimera, ou utopia, porque nada adiantará continuar falando de escola como algo que possa contribuir para a transformação.

Isto deverá acontecer através de conquistas das escolas, inicialmente pela classe trabalhadora. Com uma visão otimista esta função, não deixará dúvida de que é uma contribuição, no momento, uma transformação social desenvolvendo no ser, uma consciência crítica. Hoje podemos dizer que a escola nega seus valores e se submete em reproduzir uma ideologia dominante, promovendo grande injustiça social. Ao exigirmos uma escola transformadora, iniciemos pela nossa, ou seja, aquela em que atuamos, passando por um processo de apropriação entre as classes trabalhadoras, e apropriando as crianças como sujeitas do conhecimento, distribuindo o trabalho em troca de se obter um sistema democrático de autoridade.

Há um grande sistema hierárquico, onde se coloca todo poder nas mãos do diretor, e enquanto se prevalecer essa hierarquia de que relato,

evidentemente há uma contradição, de que a autonomia de poder se concentrará nas mãos do diretor. Para esse diretor, está sendo concedida autoridade máxima no interior da escola, constituindo assim grande poder de autonomia, mas por outro lado, ele deverá ter competência e conhecimento dos princípios e métodos necessários e básicos, para uma escola moderna, mas a precariedade de recursos e meios que se destina à escola, torna um sonho à utilização de belos métodos e técnicas na formação de administrador escolar, sabendo que um grande problema na escola pública é a má distribuição de recursos, ficando a desejar algumas prioridades. O trabalho do diretor se espelha no desenvolvimento da escola, e se a escola não tem autonomia, é o próprio trabalhador que fica privado de instância, pelo qual poderia desenvolver a consciência crítica e o saber. Hoje o maior obstáculo é a atual função autoritária do diretor que estabelece uma hierarquia em que o mesmo possa ser o chefe centralizado, e automaticamente autoritário.

É preciso aprofundar reflexões sobre o papel do diretor e a distribuição de autoridade entre os demais setores da escola, dividindo assim responsabilidades, tendo em vista que, quem estará ganhando poder é a própria escola. Somente quando se conseguir a participação de todos os setores da escola, ou seja alunos, educadores e pais, sobre as decisões e objetivos do funcionamento da escola, se estarão pressionando nossos escalões superiores, da sua obrigação em destinar uma escola com autonomia e com recursos.

A relação da comunidade com a escola, implica-se numa gestão democrática, participando das decisões, concretizando requisitos básicos para aquele que se disponha de promovê-la, e se convencer de que, não se pode desistir diante das primeiras dificuldades. Assim, podemos dizer que a escola que costumamos chamar de pública, só será verdadeiramente pública, quando a população escolarizável estiver acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar.

A democratização das relações da escola publica não se concebe, se realiza, pois não existe ditador democrático. Não se pode esperar que a sociedade se transforme, para depois a escola se transformar, não há consistência de transformação duradoura, sem transformação na prática das pessoas envolvidas nesse processo.

Quanto à escolha de diretores de escolas públicas, é democrático apenas do lado dos candidatos ao cargo, que com igualdade de oportunidades e requisitos mínimos de formação acadêmica somados ao exercício de magistério, podem prestar concurso, e sendo aprovado, escolher dentre as vagas disponíveis. Ou seja, o diretor escolhe a escola, mas nem a escola, nem a comunidade podem escolher o diretor.

Aquele diretor que possivelmente pressionará o estado a fornecer um ensino de boa qualidade, é automaticamente recusado pela política e afastado da gestão escolar. Este mesmo diretor que recebe um prêmio por competências demonstradas em concurso, está longe de ser uma benção pra escola, quando sabe que a sua escola não é dada condições mínimas de funcionamento. Passando neste caso, este diretor a ser o culpado, primeiro pela ineficiência e mau funcionamento da escola, segundo pela centralização em si das decisões, o que resultará em manifestações de ódios, acusações de pais, alunos, professores e funcionários em geral. Não pode haver democracia sem pessoas democráticas e práticas para exercê-la. Nossas escolas se encontram longe da participação democrática, pois os relacionamentos em sala de aula, continuam autoritários, com práticas de dominação, que em nada contribuem para o desenvolvimento do aluno.

Segundo (Campos 1983) a escola tem uma visão distorcida de que a comunidade não participa da escola por que simplesmente não quer participar.. Pesquisa de campo realizada sobre os obstáculos e potencialidades que se apresentam à participação da população da escola pública de 1º grau (Paro,1995), indica que fatores estruturais, ligados às próprias de trabalho e de vida da população, encontram –se na resistência da instituição escolar a essa participação, destacando como aspecto mais importante dessa resistência, a inexistência da identidade da escola pública com os problemas da comunidade.

Uma crítica dos membros da comunidade à atuação da escola, pode sintetizar-se na seguinte pergunta: “Se a escola não participa da comunidade, por que irá a comunidade participar da escola?” A falta de aproximação, de postura de ouvir o outro, parece explicar o fracasso de iniciativa de gestão colegiada e de participação, agindo em nome da comunidade, proporcionando avanço de forma independente

Conforme Vitor Henrique Paro (2001, p.43), a participação, dentro e fora da escola, implica em elucidar quatro tipos de condicionantes, como: materiais, institucionais, políticos -sociais e ideológicos

a) Condicionantes materiais: são condições objetivas que desenvolvem as práticas e relações no interior da escola. Exemplo: Na prática docente, parece difícil o professor estabelecer diálogo com a sua turma, tendo em vista, inúmeros problemas causados pelo baixo salário, falta de condições para aprimorar sua carreira profissional. Além de que, a deficiência no espaço físico, deixa a desejar, pois impossibilita se reunir com a própria comunidade local, contudo, esta precariedade não pode ser motiva de desculpas, para nada fazer se na escola, em prol da participação da comunidade.

b) Condicionantes Institucionais: Este de fundamental importância, tendo em vista que a autoridade de mando e de submissão, prejudica o envolvimento e a participação democrática. Esta função deverá ser através de eleição com participação de ações coletivas como associação. A participação democrática não se dá espontaneamente sem ter um processo de construção coletiva, sabendo que apressadamente isso se faz necessário.

c) Políticos – Sociais: São interesses do grupo dentro da escola, que podem se dar de forma harmoniosa ou com conflitos, com certeza, a prática diária é orientada por interesses imediatos entre os diversos grupos existentes na escola, o que provocará conflitos. Estes não deverão ser considerados de suma importância, o que deverá ser levado em conta é a causa e implicações na busca de democratização da gestão escolar, como luta por objetivos coletivos, proporcionando um ensino de qualidade para a população, dignificando a cada ser humano na cidadania.

d) Ideológicos: Uma vez que estamos entendendo concepções e crenças, na personalidade de cada pessoa interessada na participação da comunidade, é preciso levar em conta o modo de pensar e de agir das mesmas, facilitando ou dificultando, incentivando ou facilitando, mas é importante que a escola valorize a participação popular. Há situações em que, professores direção e demais funcionários, se deparam com depoimentos de pais e alunos que sofrem com a desorganização social. E pior ainda, sem uma perspectiva de mudança, levando-os ao descontentamento com o filho que advertido constantemente pelo

professor, o pão de cada dia que falta em seu lar, o trabalho que de foi despedido por injustiça e até violências acontecidas em sua comunidade. Tudo favorece a não participação dos pais na escola, quando a situação não se propaga a favor de suas necessidades consideradas básicas.

A política pública que conformam o ensino brasileiro, vem implementar de uma cadeia de órgãos, decisões, medidas políticas e concretizações de projetos e intenções, que descem desde as instâncias superiores até chegarem aos usuários de ensino, enquanto que necessidades e dificuldades existentes nas instituições, devem ser modificadas pela unidade de ensino, das quais são experientes em comum acordo com a legislação em vigor.

Hoje vários sistemas de ensino do país, ficam quase sempre na vontade política do diretor, para funcionamento adequado de servir como veículo de democratização da escola. É preciso que a escola seja estruturada, para atingir objetivos educativos, em relação às atividades de direção, serviços de assistência escolar e atividades complementares como limpeza, merenda, vigilância, atendimento de alunos e pais. Hoje a instituição escolar encontra-se quase totalmente impermeável a qualquer forma de participação da população usuária, como se não fosse esta população que pagando impostos, e mantendo o estado bem como as escolas públicas que costumam atender seus usuários de forma a não atender seus direitos.

Qualquer relação de dominação é negadora da condição humana, por que a relação humana e educação, só podem se dar, mediante um processo pedagógico e dialógico, não dominador, garantindo a condição de sujeito educador e educando. Se estivermos preocupados com a gestão das escolas, temos primeiramente que considerar o conceito desta, ou de administração, que são palavras sinônimas, adequando os meios aos fins, usando procedimentos adequados. Os objetivos da educação não são diferentes dos de empresas privadas, apenas antagônicas a estes. Ao passo que a educação busca a liberdade, articulando com valores universais, e a empresa capitalista quer opor aos interesses da maioria fazendo uso da dominação, movimentando uma mera necessidade, isso nos leva a refletir o modelo de direção que há em nossas escolas.

Quando se trata de uma empresa capitalista, a coordenação é vista sempre de forma exterior aos interesses dos que se dedicam a esta empresa, ao

contrário da escola que se valoriza e demonstra verdadeiramente um trabalho educacional. A escola não precisa de um chefe, e sim de um colaborador que tenha atribuições, compromissos e responsabilidades diante do estado. Para que esta situação se defina, é preciso que se troque o diretor (chefe) por um coordenador geral da escola, que distribua junto a equipe responsabilidades, avaliando sempre a qualidade, e a adequação de seu papel, tendo em vista, objetivos e processos pelos quais se deparam.

É verídico que administração escolar em muitos países passam por um processo de transformação, com objetivos definidos de alargamento e redefinições de seu conceito, além de reconhecer e reforçar sua autonomia, promovendo associações entre escola e integração em territórios educativos. A autonomia das escolas desenvolve-se num contexto de políticas educativas, procurando resolver em vários países a crise de governar o sistema de ensino. Esta alteração vai ao sentido de transferir poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local, reconhecendo que a escola é o lugar central de gestão, tendo a comunidade local como parceiro na tomada de decisão.

“[...] Autonomia não significa abandono. Significa o estado possibilitar os recursos materiais e humanos para que a escola possa realmente, fazer uma escolha democrática e não optar pela miséria. Escola popular não significa escola pobre e abandonada”. (GADOTTI.1995:74).

De acordo com Naura S.Carapeto Ferreira(org) (2000, p.27), uma gestão flexível deve concretizar cinco grandes princípios como reforço de sua autonomia, como: legitimação, participação; liderança, qualificação e flexibilidade.

a) Legitimação: É a transferência de competências de órgãos de administração central e regional do estado, para órgãos de gestão das escolas;

b) Participação: É a diminuição da dependência vertical das escolas, em relação à administração central e regional que constitui elementos essenciais da sua autonomia acompanhados de maior integração da comunidade local.

c) Liderança: Se a autonomia exige participação, exige também desenvolvimento como liderança empreendedora, com papel fundamental na “aprendizagem organizacional” da autonomia, enquanto mobilização social.

d) Qualificação: Esta exige que seus membros aumentem o seu³⁴ conhecimento sobre seus modos de funcionamento, suas regras e estruturas que a governam,.tornando-se necessário qualificar todos os que desempenham cargos de

gestão, e em particular os que desempenham funções de gestão de topo. Deverão ser dadas compensações adequadas, pecuniárias com incidência na progressão de carreira e contagem de tempo de serviço.

e) Flexibilidade: É preciso adotar princípios da diversidade e flexibilidade, em função das características dos estabelecimentos de ensino das comunidades. Esta flexibilidade é necessária para o ajustamento das práticas de gestão e faz parte do próprio conceito de autonomia. São a educação e a flexibilidade, que embora não são novidades, estas se revestem de novas características, através de transformações tecnológicas, na descoberta de novas formas de organização do trabalho. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho sobre a escola, são marcadas pela positividade e negatividade, ocorrendo entre o discurso e a prática da ampliação da educação básica, como alicerce da educação profissional. Certamente esta é a posição de grande parte de países desenvolvidos, que investem na educação básica, e em técnico – científico, visando como condições necessárias para a cidadania e o desenvolvimento de projetos nacionais.

CAPITULO VIII

8 - REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DE PROFESSORES QUE SE PREOCUPAM EM TRABALHAR A CIDADANIA

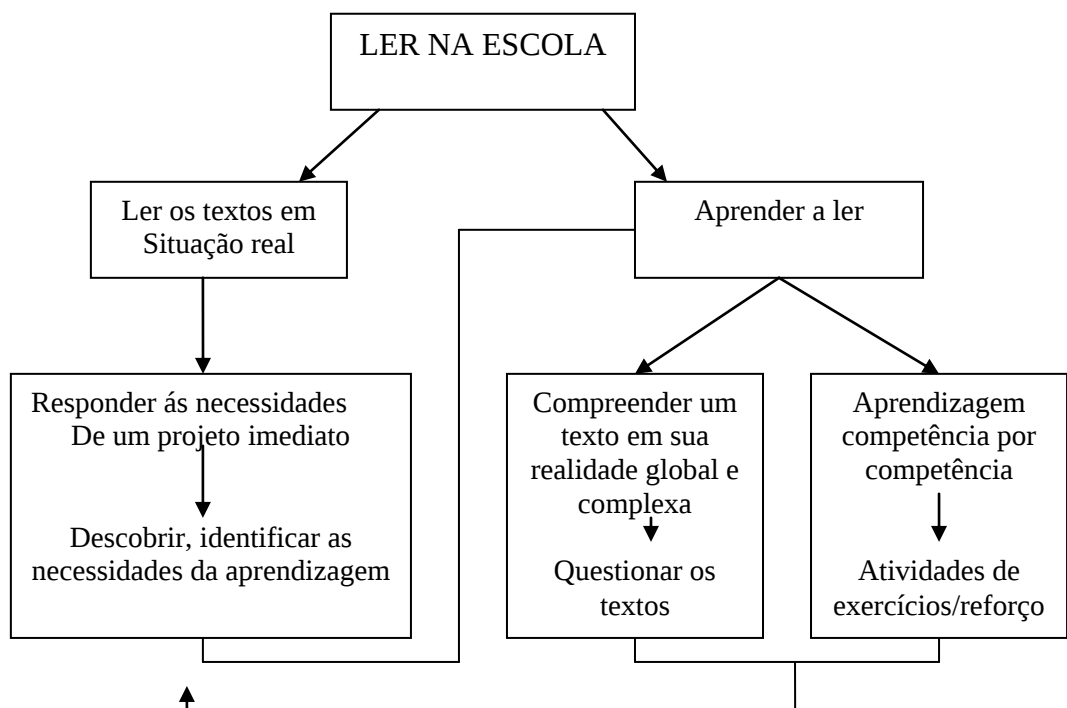
Ao transplantar o ambiente alfabetizador das crianças das classes médias para a sala de aula das crianças de classes populares, o que aparece na comparação entre elas é o que lhes falta – elas não sabem, não estão acostumadas, não possuem o hábito -, ao mesmo tempo em que se deixa de fora a riqueza de suas experiências e saberes. Mais uma vez a ideologia da falta, da carência e da decorrente prática compensatória.

O que não tem sido discutido sobre o ambiente alfabetizador nos cursos de formação de professores e o que a escola (refiro ao gestor), também muitas vezes não sabe é que não existe um ambiente alfabetizador universal, que atenda às necessidades de qualquer criança, em qualquer tempo e lugar. O ambiente desta natureza tem que ser datado e situado. Ele é histórico.,O que pode representar, hoje, um rico ambiente alfabetizador, amanhã pode não dar conta, pois as experiências das crianças - qualquer criança, de qualquer classe social- já se modificaram tanto, que as necessidades serão outras. Só será um ambiente alfabetizador se incorporar a atualidade cultural da criança e sua história que contém o presente e o passado de seu grupo sociocultural. É preciso permitir que isto entre na sala de aula para que a criança que está mergulhada na sua cultura de origem e naquela cultura se comunica bem, se expressa bem, compreende e é compreendida, venha a compreender tudo aquilo que ela fala e pode ser escrito, e escrevendo pode se comunicar a distancia, ampliando assim a sua interlocução, levando a sua voz mais longe.

Antes de tudo é preciso consolidar o conhecimento que a criança traz, para que ela se sinta sujeito de conhecimento e ao mesmo tempo, atue no sentido de ampliar ao máximo o seu conhecimento anterior, lembrando sempre que só aprende quem acredita na sua capacidade de aprender.

A partir da leitura de mundo das crianças a professora possibilita o acesso a leitura das palavras, visando a incorporação e a ampliação de novas leituras de mundo às leituras anteriores já realizadas a partir das próprias experiências das crianças. Ex: Discutindo com seus alunos e alunas sobre um contrato de trabalho, elaborar uma carta solicitando emprego, assim estará apontando a função social da escrita, bem como, mostrar armas na luta por uma sociedade mais incluyente.

Segundo Joselle Jolibert(1994 p.151) - Esquema para ser colocado em prática no ambiente alfabetizador para o resgate da cidadania.



Para a maioria das crianças pobres, afro-descendentes, moradores de periferia, a alfabetização vem acompanhada de uma forte desqualificação de seus saberes, valores, linguagens. Na escola além de aprender a ler e escrever, elas também terão que aprender outra variante lingüística, outra lógica, outra relação com o corpo, novos valores estéticos, outra religião, que não se identifica com o seu

grupo sociocultural. Diferenças culturais que tratados pela escola com deficiência, levam a discriminações, contribuindo para despotencializar as crianças.

Fica o desafio maior: Como construir ambientes alfabetizadores que contribuam para alfabetizar as crianças das classes populares sem lhes impor valores e formas de ser, fazer, pensar, dizer que silenciem e apaguem suas próprias formas de ver e estar no mundo?

Segundo Regina Leite Garcia (Org) (2000, p.157), em *Novos Olhares sobre a Alfabetização*; que as leituras de Paulo freire nos convidam a pensar sobre não mais em um ambiente alfabetizador único para todas as crianças, mas sim em ambientes alfabetizadores que possam incorporar na sala de aula as leituras de mundo que professoras e crianças constroem no cotidiano, ampliando-as e diversificando-as. Há necessidade de estratégias pedagógicas que reconheçam como conteúdos alfabetizadores, entre outros conhecimentos, as práticas de leitura não-escolar, vivenciadas pelas crianças em sua vida cotidiana fora da escola, que frequentemente não passam pelo texto escrito. Com o objetivo de contribuir para a construção desse ambientes alfabetizadores é que o diretor juntamente com professores e comunidade investigar os conhecimentos, valores, maneiras de ser e estar no mundo que as crianças constroem em seu cotidiano. Essa necessidade tem levado buscar situações, tanto na mídia, quanto nos espaços de trabalho e de convivência dessas crianças, para identificar pistas que nos ajudem a melhor a compreendê-las, o que nos possibilitará contribuir para a reconstrução do ambiente alfabetizador.

8.1 - SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Estas sugestões extraídas do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores MEC Secretaria de Ensino Fundamental(2001) e Construindo a leitura e a escrita de Maria Alice S. Souza e Silva – Reflexões sobre uma prática alternativa em alfabetização (1988) se aplica as crianças de 1ª série do Ensino Fundamental de oito anos , bem como, crianças de 2ª série do ensino fundamental de (nove anos), podendo estendê-las em alguns itens as 1ª séries do fundamental de (nove anos).

_ Nas 1ª séries é interessante chamar atenção das crianças para a questão das letras maiúsculas e minúsculas e mostrar a diferença entre ambas.

_ Os professores devem garantir que os alunos sintam-se motivados para aprender , já que aprender requer um esforço pessoal.

_ Os alunos devem dar-se conta de que aprender a ler e a escrever é interessante e divertido e que nesse aprendizado lhes permitirá ser mais autônomo.

_ Escrever listas de títulos de história, nomes de personagens, ingredientes de receitas, ficha de controle, programa preferido pelas crianças.

_ Produzir textos a partir de outros já conhecidos: um bilhete, uma carta, um trecho do diário, uma mensagem, uma notícia, uma crônica. O texto deve ser entendido como um todo escrito autêntico (ou seja, não construído especificamente para ensinar/aprender a ler), Integral (não desfigurado pela redução de um “trecho”), que responde a uma determinada situação efetiva. Serve para comunicar, isto é expressar, informar, contar, descrever, explicar, argumentar e fazer entrar em jogo a função poética da linguagem.

O questionamento de texto, isto é, uma elaboração ativa de significado feita pelo leitor a partir de indícios diversos, de acordo com o que está procurando num texto para responder a um de seus projetos.

_ Dar o começo de um texto para os alunos continuarem (ou o fim para que escrevam o início e o meio).

_ Planejar coletivamente o texto (o enredo da história) para depois cada aluno escrever a sua versão, sozinho e ou em grupo:

_ Ouvir fitas, discos, bons contadores e leitores competentes de histórias.

_ O professor precisa usar a linguagem que seus alunos entendam.

_ Às vezes, a professora dá ordem ou dizem algo e vê a criança ficar passiva ou reagir com espanto e confusão. Pode ser que ela simplesmente não tenha entendido direito o que a professora falou.

_ Programar atividades que provocam a conversa entre as crianças, a participação de todos os alunos, a oportunidades de cada falar de suas dúvidas, sentimentos e opiniões, fazer críticas e dar sugestões. Com isso, você estará

favorecendo sua auto-afirmação e ajudando a tomar consciência de cada coisa que aprende;

- _ Começar cada aula com uma atividade de linguagem oral. Experimente inventar jogos e brincadeiras que estimulem seus alunos a falar;

- _ Procurar variar bastante o conteúdo bem como usos de recursos variados como: computador, aulas em ambiente fora da sala (extra classe), visitas, pesquisa em diversos setores, para manter sempre aceso o interesse.

- _ Incentivar a criança a falar a vontade, sem medo e inibição, em vez de ficar corrigindo os erros cometidos.

- _ Propiciar aos alunos um ambiente tranquilo, agradável e eficiente.

- _ Dirigir as atividades de modo que falem bastante e não apenas os “tagarelas”, fazendo perguntas às crianças que não se manifestaram.

- _ Elogiar a participação de cada aluno e fazê-los sentir que você respeita as opiniões deles;

- _ Quando fizer perguntas ter cuidados de:

- Dar algum tempo para que as crianças pensem antes de responder;

- _ Insistir para que as crianças respondam com frases inteiras e não apenas com “sim” ou “não.”

- _ Ter o cuidado de fazer perguntas a todos os alunos;

- _ Perguntar sempre o porquê da resposta.

- _ Estimular os alunos a escrever em textos, como se estivessem vivendo uma situação de comunicação real com objetivos definidos e para diferentes leitores. Esta prática é muito importante mesmo quando os alunos ainda não sabem escrever sozinhos. Neste caso, eles podem ditar para alguém, ou serem ajudados por colegas, ou pela professora.

- _ Propor que os alunos escrevam textos coletivamente, partindo de algum ponto de interesse (leituras, situações vividas, histórias trazidas das comunidades onde eles vivem, etc.). Isto pode ser feito em duplas, pequenos grupos ou a classe toda com a professora.

_ Propor projetos de escrita, por exemplo, um jornal ou um mural semanal/ mensal, livros de receita, de cantigas, de poemas, de histórias, de piadas de instruções de jogos, ou outros tipos de livros, que possam também envolver as demais áreas (matemática, ciência, história, geografia, informática etc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação de qualidade é aquela em que os alunos aprendem o que é necessário para que possam vir a integrar-se e ter sucesso na sociedade da informação e tecnológica. Esses alunos necessitam, portanto, para aprender significativamente, desenvolver habilidades de leitura, compreender e interpretar informações, resolver problemas tomar decisões, dentre outros aspectos, desapropriando desenvolvimento de aprendizagem meramente mecânicas orientadas por reproduzir lições. Torna-se necessário promovê-la como estimulação continua ao pensamento e desenvolvimento de habilidades.

A orientação e o acompanhamento pedagógico pelos diretores de escola sobre a relação entre ensino e aprendizagem dos alunos impulsionam os resultados obtidos no ensino com um todo tanto para organizar o ambiente da escola como pela liderança e monitoramento contínuo aos resultados obtidos.

Com o objetivo de contribuir para reflexão sobre a situação da dominação existente, quanto à gestão escolar e tendo como foco o real atendimento que se presta a classe trabalhadora, e também visando a transformação que se faz necessário na educação, é que considero imperioso determinar um trabalho de reflexão e ação com compromisso e dedicação àqueles que já sofrem com injustiças e violência, causadas pela má administração, e a desorganização no sistema público e privado de ensino, que é a classe trabalhadora. Partindo deste pressuposto, é que venho relatar neste trabalho, algumas mudanças que se faz necessário realizar, mesmo que seja a duras penas, ao longo de muitos e muitos anos, para resgatar a dignidade do povo brasileiro e o valor que deve se às escolas, enfim ao ensino

público. Embasado em autores de auto - conhecimento em gestão escolar, e com interesses no processo, é que espero que de alguma forma , constate iniciativa por parte de algumas escolas, e também de nossos representantes, expectativas de transformações.

Muitas vezes, e em várias escolas, se ouve lamentos por desvalorização e no concerne á qualidade de ensino, haja vista que, as escolas, nunca podem deixar a desejar no atendimento que o possibilite o retorno dos pais à escola, tendo em vista que sua participação se faz necessário para andamento dos trabalhos escolares. É um trabalho a longa distância, mas também é uma forma de atribuírem direitos e deveres à aqueles que fazem parte do contexto escolar.

Conforme o relato de Vale (1992, p.60), quando diz palavras de Moacir Gadotti, explicando a realidade do ensino público, e como deveria ser *“O ensino público, não só de 1º grau, deve ser basicamente voltado para as camadas populares. Eu diria que essa proposta não só é possível, mas, tem que ser feita.”*

Infelizmente a prática Educativa é limitada, bem como práticas sociais, e analisando estes problemas que emperram a democratização escolar, os autores sugerem a distribuição de poder, atribuindo responsabilidade a todos os membros da unidade escolar.

Dedicar-se a gestão pedagógica constitui num trabalho central dos gestores educacionais em todas as séries de escolaridade. Quanto mais cedo se cuida bem dessa gestão, maiores avanços se promovem na aprendizagem dos alunos e mais se evita a criação de percalços e desvios que possam promover prejuízos posteriores bastante sérios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANTUNES; Celso. **O jogo e a educação infantil, falar e dizer/olhar e ver/escutar e ouvir**. 4. ed. Porto Alegre: Vozes, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Dàgua, 1997.

DEMO, Pedro. **Conhecimento e aprendizagem na nova Mídia**. Brasília, Plano, 2001.

_____. **Ironias da educação; mudanças e contos sobre mudança**. Rio de Janeiro, DP&A. 2000.

_____. **Questões para tele-educação**. Petropolis: Vozes, 1998.

_____. **Política social educação e cidadania**. 5. ed. Rio de Janeiro: Papirus, 2002.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAG, B. **Piaget – 100 anos**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Escola vivida, escola projetada**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

GARCIA; Regina Leite (org). **Novos olhares sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000.

HAYAT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. Rio de Janeiro:Ática,2003.

JOLIBERT, Josette (Colaboradores). **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artmed,1994.

KLAUFMAN, Ana Maria; RODRIGUEZ,,Maria Helena. **Escola, leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1990.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola** .9..ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, Heloisa, Freitas, Kátia Siqueira, Girling, Robert, Keith, Sherry. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 6ª ed. Rio de Janeiro. DP&A.2002.

LUNENFELD,P(Ed.).**The digital dialectic: new essays on new media**. Massachusetts:The MIT Press,2000.

PALLOFF,R.M.& PRATT,K. **Building learning communities in cyberspace-effective strategies for the online classroom**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers,1999.

PARO Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

REFLEXOS sobre a educação do próximo milênio. Brasília: MEC, 1988. (*Serie de Estudos à Distancia*).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 32. ed. Campinas:Autores Associados,1999. (Polêmicas do nosso Tempo).

SILVA, Maria Alice S. Souza e. **Construindo a leitura e a escrita. (Reflexões sobre uma prática alternativa em alfabetização).** São Paulo: Ática,1988.

STOLL,C. **High tech heretic** – Why computers don't belong in the classroom and other reflections by a computer contrarian. New York: Doubleday,1999.

TAPSCOTT,D. **Growing uyp digital** – the rise of the net generation. New York: McGraw – Hill,1998.

TOLEDO,Andréa.**Entrevista de Emília Ferreiro com Márcio Ferrari.** In: www.nova-escola.org.br. Acesso em 13, nov. 2006

TORRES,C.A. **Democracy, education,and multiculturalism-** dilemmas of citizenship in a global World.New York:Rowman&Littlefield Publishers,Inc.,1998.

VALE Ana Maria do. **Educação popular na escola pública.** São Paulo,Cortez,1992. (Coleção questões da nossa época).

ZABALA, Antoni.(Orgs.).**Como trabalhar os conteúdos procedimentais.** 2. ed. São Paulo: Porto, 2001.